

REDE AGROINDUSTRIAL, CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO E CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO DO TABACO NA ORGANIZAÇÃO E USOS DO TERRITÓRIO NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Rogério Leandro Lima da Silveira¹

Resumo

O ensaio traz resultados de nossa pesquisa: “Rede agroindustrial do tabaco e a dinâmica de organização espacial e de usos do território na região Sul do Brasil”, concluída em 2011, com apoio do CNPq. O objetivo é o de analisar a organização no território da divisão do trabalho no complexo agroindustrial (CAI) do tabaco no Sul do Brasil, principal região do país na produção e exportação de tabaco em folha. Buscou-se apreender as características e particularidades da dinâmica relacional existente entre o desenvolvimento da agroindústria do tabaco, organizada em uma rede agroindustrial globalizada, e o processo recente de organização espacial e de uso do território. Nessa análise buscou-se identificar e explicar a constituição e o funcionamento do circuito espacial de produção do tabaco e dos círculos de cooperação existentes no desenvolvimento da rede agroindustrial do tabaco.

Palavras-chave: Rede agroindustrial, circuito espacial de produção e círculos de cooperação, tabaco.

Introdução

A construção do presente ensaio teve como principal base teórica e metodológica o sistema de conceitos de rede, elaborado por Santos (1996) e Dias (1996) e o de circuito de produção e círculo de cooperação (Santos e Silveira, 2001). Tal sistema possibilitou a compreensão do papel do território nessa relação, permitindo melhor articular as distintas escalas de ação dos agentes, e explicar a organização, o sentido e conexão das ações e fluxos que nele circulam.

Operacionalmente escolhemos microrregiões geográficas que se destacam na produção de tabaco, bem como as principais cidades do complexo agroindustrial do tabaco: no Paraná, as microrregiões de Irati, Prudentópolis e Rio Negro, e a cidade de Rio Negro; Em Santa Catarina, as microrregiões de Canoinhas e Rio do Sul, e as cidades de Blumenau e de Joinville; e no Rio Grande do Sul, as microrregiões de Santa Cruz do Sul, de Camaquã e de Pelotas, e as cidades de Santa Cruz do Sul e de Venâncio Aires. A consulta aos dados do IBGE e o trabalho de observações, entrevistas e visitas às propriedades de agricultores, usinas de processamento, sindicatos dos trabalhadores e da indústria permitiram conhecer as etapas de produção, comercialização e processamento

¹ Geógrafo e Doutor em Geografia Humana. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Brasil. E-mail: rlls@unisc.br

de tabaco. Permitiram também reconstituir e representar espacialmente os percursos e fluxos dos circuitos espaciais de produção do tabaco, e os círculos de cooperação existentes no funcionamento da rede agroindustrial do tabaco.

A produção brasileira de tabaco em folha

Atualmente o Brasil é o segundo maior produtor mundial de tabaco em folha, e, desde 1993, o principal país exportador. Além da tradição do país desde o séc. XVII em cultivar e exportar o tabaco existe um conjunto de fatores internos e externos que explica e fundamenta tal esse desempenho.

Internamente é preciso destacar alguns fatores que combinados têm sido importantes para garantir esse desempenho do país. O tabaco brasileiro, dada as características ambientais favoráveis de solo, e de micro climas existentes nas áreas de cultivo no Sul do país, e a consolidação de seu complexo agroindustrial com o crescente aperfeiçoamento tecnológico de seu modo de produção e a consistente e funcional regulação de suas relações de produção, apresenta altos índices de qualidade e de produtividade.² Também tem sido extremamente importante à competitividade da produção e exportação brasileiras, o baixo preço do produto pago aos fumicultores pelas agroindústrias.

É também preciso considerar que nos últimos quinze anos, a relativa estabilidade da economia brasileira e a farta oferta de financiamento à produção do tabaco tornaram o produto brasileiro altamente competitivo no mercado mundial, e fez da atividade de beneficiamento industrial do tabaco no país, um negócio altamente lucrativo para as corporações multinacionais que controlam oligopsonicamente essa atividade no país. As empresas multinacionais fumageiras que atuam no Sul do país dominam direta ou indiretamente todas as etapas da cadeia produtiva do tabaco, e obtenham ganhos de capital importantes, pois combinam a extração do sobre trabalho das famílias dos fumicultores, no meio rural, com a extração da mais-valia dos trabalhadores efetivos e temporários em suas usinas, postos de compra e fábricas de cigarro. Além disso, a terceirização de algumas atividades complementares, como o transporte da produção e

² No Sul do Brasil são produzidos tabacos claros da variedade *Virginia* e *Burley* secados, respectivamente, em estufas a base de lenha e elétricas, e em galpões. Estes tabacos são do tipo *flavour* que dão sabor ao cigarro, os preferidos pelo mercado internacional. O restante da produção brasileira de tabaco é cultivado principalmente nos estados da Bahia e de Alagoas, onde predomina o tabaco para a fabricação de charutos e cigarrilhas.

de insumos, a alimentação dos funcionários industriais, a manutenção da frota de veículos, a prestação de serviços de certificação, seguro e desembaraço aduaneiro contribuíram para ampliar os ganhos das empresas multinacionais fumageiras, ao repassarem o custo fixo de promoção desses serviços. Ao mesmo tempo a existência da demanda desse conjunto de serviços pelas empresas fumageiras, acaba promovendo um conjunto de relações econômicas e de solidariedade espacial com empresas localizadas nas cidades agroindustriais do tabaco, ou outras do Sul do Brasil, mas também em cidades de outros estados, sobretudo da região Sudeste do país.

Externamente, outros fatores também precisam ser considerados. Nesses quinze últimos anos o consumo mundial de tabaco tem apresentado relativa estabilidade, em torno de 6,5 milhões de toneladas ao ano. O mercado mundial de cigarros, especialmente na China, Japão, nos países da Comunidade Européia, do Leste Europeu, e no Sudeste Asiático, tem apresentado nesse período um aumento na demanda por tabacos claros e com sabor que possibilitam a confecção dos vários *blends* que caracterizam cada marca de cigarro. Simultaneamente, enquanto os Estados Unidos e o Zimbábue – tradicionais países exportadores desse tipo de tabaco – vêm perdendo posições no mercado mundial em razão do aumento no custo de produção, como é o caso norte-americano, e por problemas políticos internos, no caso do país africano, o Brasil aproveitou bem essa oportunidade.

A produção nacional de tabaco em folha – 798 mil toneladas em 2008 – tem o seguinte destino. Em torno de 87% do tabaco produzido, após ser beneficiado industrialmente, é exportado, sendo o restante da produção consumido internamente pelas fábricas de cigarros instaladas no país. (AFUBRA, 2009).

A produção agrícola, a comercialização, o processamento industrial, e a exportação do tabaco constituem-se nas principais etapas do funcionamento do complexo agroindustrial do tabaco. Tais etapas do processo de agroindustrialização do tabaco, principalmente a partir da década de 1960, têm sido realizadas sob o controle hegemônico e oligopolista de grandes conglomerados transnacionais que, através de suas subsidiárias instaladas na região, operam tanto no mercado nacional quanto no mercado internacional. Dentre as empresas multinacionais que atualmente operam na região destacam-se a Companhia de Cigarros Souza Cruz (ligada ao grupo *British American Tobacco* de capital anglo-americano) que atua hegemonicamente na produção e processamento de tabaco e na fabricação de cigarros, a Universal Leaf Tabacos (ligada

ao grupo norte americano *Universal Leaf Tobacco*), e a *Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda.* (ligada ao grupo norte americano *Alliance One Incorporated*), ambas de capital norte-americano atuando na produção e processamento de tabaco, e a *Phillip Morris Incorporated*, de capital suíço/americano, que atua na fabricação de cigarros.

A divisão territorial do trabalho agroindustrial do tabaco no Sul do Brasil

O complexo agroindustrial do tabaco no Brasil está instalado, principalmente, na região Sul do país, onde 95% da produção de tabaco do país são realizadas por aproximadamente, 186 mil famílias de agricultores em pequenas propriedades com área média de 17 ha, localizadas em 730 municípios nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. (Figura 2).

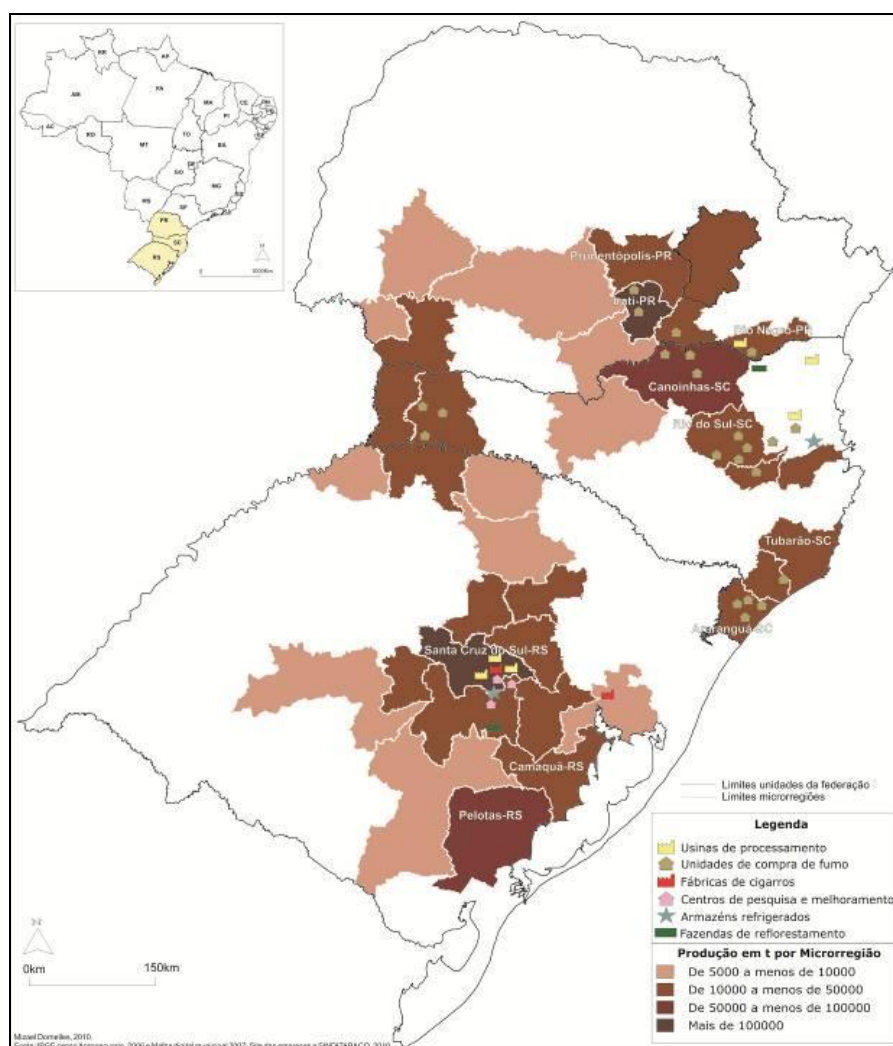


FIGURA 2 - Sul do Brasil: principais áreas de produção de tabaco em folha e unidades de compra e usinas de processamento industrial de tabaco - 2006

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Sites das Empresas e Levantamento de Pesquisa de Campo, 2009. Org. Mizael Dornelles e Rogério Silveira.

Nessa região também estão localizadas as principais plantas de processamento de tabaco e fábricas de cigarro que empregam cerca de 30 mil pessoas, entre trabalhadores efetivos e temporários. (SINDITABACO, 2009).

Nessa representação cartográfica da divisão territorial do trabalho existente no complexo agroindustrial do tabaco temos o registro de uma visão estática da divisão territorial do trabalho no CAI do tabaco, evidenciando a repartição nos lugares das principais funções e atividades existentes no processo de agroindustrialização do tabaco em folha.

Assim, destacamos as principais áreas de produção (municípios e principais microrregiões), os principais e mais relevantes pontos estratégicos ao funcionamento do CAI do tabaco na região, notadamente aqueles onde as corporações multinacionais fumageiras estão presentes (usinas de processamento, unidades de compra, fábricas de cigarro, centros de pesquisa e desenvolvimento, etc.) qualificando a função estratégica das cidades agroindustriais do tabaco para o funcionamento da divisão territorial do trabalho e da rede agroindustrial do tabaco.

Nessa figura 2 podemos observar a localização no território das principais áreas da lavoura de tabaco em folha, de acordo com a safra de 2005/2006, bem como dos postos de compra e das principais usinas de processamento de tabaco. No âmbito da produção de tabaco, destacam-se as microrregiões de Santa Cruz do Sul, de Pelotas e de Camaquã no Rio Grande do Sul, de Canoinhas, Rio do Sul e Araranguá em Santa Catarina, e de Irati, Prudentópolis e São Mateus do Sul no Paraná, que se constituem nas principais áreas de produção de tabaco em folha da região Sul.

Nas etapas de comercialização e de processamento de tabaco cada uma das empresas agroindustriais de tabaco tem, ao longo desse período, constituído e instalado no território uma ampla rede de unidades de compra e de usinas de processamento, que servem de suporte para as ações de compra do tabaco junto aos agricultores e de seu posterior processamento industrial.³

As unidades de compra têm como função receber o tabaco dos agricultores, que é produzido em áreas de produção próximas e no seu entorno regional, e enviá-lo depois

³ A Souza Cruz possui unidades de compra nas cidades de Rio Negro, no Paraná, em Sombrio e em Blumenau em Santa Catarina. A Alliance One tem postos de compra em Araranguá, Canoinhas, Palmitos e Rio do Sul, todas em Santa Catarina, e em Irati, no Paraná. Já a Universal Leaf possui postos de compra em Rio Negro, no Paraná, e em Canoinhas, Rio do Sul, Maracajá e Maravilha, localizados em Santa Catarina. A Continental Tobaccos Alliance possui postos de compra nas cidades catarinenses de Araranguá, Ituporanga e Papanduva, e em Irati, no Paraná.

para as usinas de processamento. Essas unidades de compra também desempenham um papel importante na logística das empresas, na medida em que é através delas que é realizada a distribuição dos insumos agrícolas e a coordenação da assistência técnica para as propriedades dos agricultores integrados à empresa.

Assim como nas usinas de processamento, os postos de compra igualmente se caracterizam por apresentar a maior parte dos trabalhadores empregados temporariamente durante a safra, num período de 4 a 5 meses de compra do tabaco. Em sua grande maioria mulheres, os trabalhadores safristas, apresentam alta rotatividade e muitas vezes têm de ser recrutados, e transportados diariamente, desde municípios vizinhos.

O CAI do tabaco em seu funcionamento apresenta entre seus atores e ou segmentos, um complexo conjunto de articulações e relações de natureza diversa. Entre elas, podemos citar: relações econômicas como as verificadas entre as agroindústrias fumageiras e os fumicultores, ou entre agroindústrias e empresas fornecedoras de insumos; relações técnicas como as existentes entre agroindústrias e fábricas de cigarro; relações financeiras como a dos bancos com as empresas e com os produtores de tabaco; e relações políticas como as dos empresários com os seus órgãos de representação como a Associação Brasileira da Indústria do Tabaco (ABITABACO), e o Sindicato das Indústrias de Tabaco (SINDITABACO), como as relações dos agricultores fumicultores com os seus representantes, como a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-SUL) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), como a relação dos trabalhadores na indústria do tabaco com seus representantes como os Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria do Tabaco (STIFA), ou ainda a relação entre ambas as representações de classe. Outro exemplo de relações políticas são as relações dessas representações de empresas e de fumicultores com o Estado, em suas distintas instâncias de governo. Essas relações ao encetarem fluxos horizontais e verticais na organização e no funcionamento do CAI, expressam uma estrutura complexa e dinâmica.

Enquanto esse conjunto de características descreve formalmente o funcionamento do complexo agroindustrial do tabaco, a ideia de rede agroindustrial fumageira, através da constituição de seus circuitos espaciais de produção e de círculos de cooperação, por sua vez, pode nos auxiliar a compreender melhor a dinâmica da divisão territorial do

trabalho existente no processo de agroindustrialização e comercialização do tabaco, a apreender a complexidade das relações entre os atores e das relações de solidariedade espacial entre os lugares que desde distintas escalas espaciais integram e conformam o CAI do tabaco, e, principalmente, a compreender melhor o modo como este se organiza espacialmente e interage com o território.

Organização espacial e funcionamento da rede agroindustrial do tabaco: o papel ativo do circuito espacial de produção do tabaco e dos círculos de cooperação

A atual organização e distribuição espacial do trabalho no âmbito do complexo agroindustrial do tabaco revelam forte concentração territorial da atividade de gestão tanto da produção e da comercialização do tabaco, quanto de seu processamento industrial e de sua exportação pelas empresas multinacionais instaladas no território. Dentre os principais pontos de gestão destacam-se, especialmente as cidades de Santa Cruz do Sul – RS, onde estão localizadas as sedes no Brasil, da Universal Leaf e da Alliance One, bem como o Departamento de Tabaco da Souza Cruz; de Venâncio Aires - RS, onde se encontra a sede no país da Continental Tobacco Alliance, e secundariamente das cidades de Blumenau - SC e de Rio Negro – PR, de onde a Souza Cruz igualmente gerencia a produção de tabaco, respectivamente, em Santa Catarina e no Paraná. Revelam também a dispersão e a expansão espacial do cultivo de tabaco em folha nas áreas rurais das microrregiões fumicultoras da região Sul do Brasil.

A produção agrícola do tabaco tradicionalmente cultivada em pequenas propriedades na microrregião de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, vem se expandindo, desde a década de 1970, para o Sul do Estado, nas microrregiões de Cachoeira do Sul e de Camaquã, e para o Estado de Santa Catarina, nas microrregiões de Rio do Sul e Canoinhas.

Na região do Planalto Norte Catarinense o tabaco começou a ser cultivado no sistema integrado de produção a partir da década de 1960, com a atuação da Cia. Souza Cruz. Nas décadas de 1970 e 1980, a produção gradativamente ampliou-se, devido à atuação de outras empresas multinacionais que também passaram a comprar tabaco dos agricultores através da instalação de postos de compra, deixando em segundo plano a tradicional produção de erva-mate.

A partir principalmente de 1980 o cultivo do tabaco também se expandiu para as microrregiões catarinenses de Araranguá, Tubarão e São Miguel do Oeste, e no Paraná,

para as microrregiões de Rio Negro, Irati e Prudentópolis. Nestas microrregiões a fumicultura foi introduzida nas pequenas propriedades familiares dos descendentes de imigrantes italianos, poloneses e ucranianos, e passou desde então a ser o principal produto agrícola dos municípios. A introdução e expansão da cultura do tabaco vêm alterando inclusive práticas culturais regionais, como o sistema de faxinais, em que o uso comum da terra destinado à criação de animais para uso e consumo doméstico, passa progressivamente a dar lugar ao plantio e a cura do tabaco.

Já na década de 1990 a produção de tabaco também alcança e se intensifica nas áreas de colonização alemã e italiana da microrregião de Pelotas, no Sul do Rio Grande do Sul. O avanço da cultura do tabaco para a microrregião de Pelotas inicia em 1989 e 1990, sobretudo para os municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul, Canguçu e Arroio do Padre, e se dá no contexto de ampliação da participação do tabaco brasileiro no mercado mundial, com a queda da produção dos Estados Unidos, e, simultaneamente, com a crise econômica na indústria de conservas de Pelotas, advinda da abertura do mercado nacional para produtos vindos do exterior. O que, por consequência resultou na progressiva queda da produção de pêsego, morango e aspargo, e também batata inglesa, tradicionais e importantes culturas dessa microrregião, e sua progressiva substituição pelo tabaco de estufa, da variedade Virginia. Tal avanço foi comandado pelas ações das empresas fumageiras multinacionais instaladas em Santa Cruz do Sul, de cujas usinas, os insumos químicos para o plantio do tabaco passaram a ser distribuídos aos agricultores, e para onde o tabaco produzido destinava-se.

Ao longo das últimas três décadas, a grande maioria dos municípios que integra a região produtora de tabaco no Sul do Brasil, ainda que alterem sua posição quanto ao volume e à área plantada, participam da divisão do trabalho agroindustrial tabaqueiro, basicamente através da produção, da cura e da comercialização do tabaco *in natura*. Enquanto o plantio e a cura do tabaco se distribuem pelas pequenas propriedades nas áreas rurais da região, as atividades de comercialização e de processamento industrial do tabaco têm se consolidado em poucas cidades. A condição de produto *in natura*, passível de perder suas características naturais, impõe a necessidade de que os postos de compra e as usinas estejam localizadas relativamente próximas às áreas de produção. A localização espacial de cada unidade de compra é definida levando em conta um conjunto de critérios como o volume de produção de tabaco, as condições climáticas e de solo e o tipo de variedade produzida, a quantidade de agricultores integrados, as

condições logísticas existentes de acesso e de transporte rodoviário, a existência de serviços bancários e de transporte, entre outros.

A distribuição no território do trabalho de comercialização e de processamento industrial do tabaco revela uma intensa concentração espacial da atividade nas cidades de Santa Cruz do Sul e, de Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul, e secundariamente nas cidades de Blumenau e de Joinville em Santa Catarina, e de Rio Negro, no Paraná, onde se encontram as principais plantas industriais e maiores usinas de processamento de tabaco.

Como lembra Corrêa, 1994, esse padrão de organização espacial é funcional às grandes empresas multinacionais, e revela a busca de uma configuração territorial ideal, isto é, de um território que a cada momento seja o mais rentável para as empresas agroindustriais fumageiras. Assim, a atual divisão do trabalho entre os lugares da região fumicultora do Sul do Brasil informa um uso e uma organização corporativa do território, na medida em que são notadamente orientados pela racionalidade hegemônica do capital multinacional tabaqueiro. Com base nessa razão dominante, o desenvolvimento da agroindustrialização do tabaco se realiza, envolvendo, simultaneamente, o equipamento e a modernização seletiva e desigual dos lugares, quanto ao seu conteúdo técnico-científico e informacional, e a valorização combinada de distintas relações sociais de produção, através da extração do sobretrabalho familiar dos fumicultores nas áreas rurais e a extração de mais-valia dos trabalhadores temporários e efetivos empregados nas usinas de processamento, nos principais núcleos urbanos agroindustriais.

Nesse sentido, nos interessa compreender como se apresenta, nesse período, o movimento no território dos diferentes fluxos inerentes ao funcionamento da rede agroindustrial do tabaco na região e que contribuem para a sua organização espacial? Para tanto, seguindo a contribuição de Santos e Silveira (2001), é de fundamental importância que busquemos identificar e caracterizar a configuração e o funcionamento do atual circuito espacial de produção do tabaco em folha, e dos respectivos círculos de cooperação, em sua relação com a presente divisão territorial do trabalho. Sua identificação nos possibilita entender melhor a maneira diferenciada e desigual como os lugares participam da agroindustrialização do tabaco, bem como experimentam e respondem aos reflexos da lógica de organização e de desenvolvimento da rede agroindustrial do tabaco.

O desafio de pensar a constituição e o funcionamento do circuito espacial de produção e dos círculos de cooperação no âmbito da atividade agroindustrial fumageira implica considerá-los enquanto resultado espacial de uma unidade contraditória entre as etapas de produção, de distribuição, de troca e de consumo. Moraes (1991) assinala que é preciso tratar esses “momentos” da produção capitalista de modo articulado, e de valorizar seu encadeamento, concebendo-os como elementos de uma dada totalidade, a chamada circulação do capital. Tal são o sentido da idéia de circuito e também de círculo, presente nas noções de circulação e de circularidade, e inerente ao desenvolvimento capitalista.

O circuito espacial de produção do tabaco em folha

Pensamos como Moraes, de que a constituição e a conformação espacial do circuito no território é resultado de inúmeras e diferentes relações socioespaciais estabelecidas, ao longo do tempo, em diferentes escalas geográficas. Essas relações socioespaciais envolvem distintas articulações como as que ocorrem entre a produção regional de tabaco e a sua demanda e consumo mundial, e entre a produção nacional e mundial de insumos, equipamentos e máquinas e o seu consumo produtivo na região. Nesse circuito, as sincronias funcionais entre as distintas etapas produtivas e de consumo envolvendo diferentes lugares “(...) obedecem há um tempo e a um ritmo de acumulação mundial” ditados especialmente pelas corporações multinacionais agroindustriais fumageiras. (MORAES, 1991, p.173).

O circuito espacial de produção do tabaco em folha articula e compreende percursos que conectam lugares distintos e distantes que participam de etapas específicas e complementares no processo de transformação do tabaco, envolvendo sua produção, seu processamento, sua comercialização, transformação industrial e exportação.

Com base nas visitas a campo (áreas rurais de produção, usinas de processamento de tabaco) e entrevistas construímos a figura 3 que representa de modo esquemático a constituição e o funcionamento desse circuito de produção, evidenciando as principais etapas produtivas – a produção de tabaco em folha, o seu processamento industrial e a produção de cigarros –, e os mais relevantes grupos de insumos demandados em seu processo de desenvolvimento no território. Nessa figura buscamos também representar as circulações materiais, destacando as diversas etapas pelas quais passa o produto tabaco em folha. Isto é, o local de origem, o transporte, a qualificação, os diferentes

momentos da produção, a estocagem, a distribuição, a comercialização e o consumo. Tais circuitos evidenciam a relação dos insumos químicos até a indústria, e desta aos agricultores. Em continuidade, a movimentação da produção, das unidades agrícolas até a usina de processamento ou aos postos de compra, e, destes para as usinas, passando então a ser processados. E das usinas para depósitos, fábricas de cigarro, portos e mercado externo.

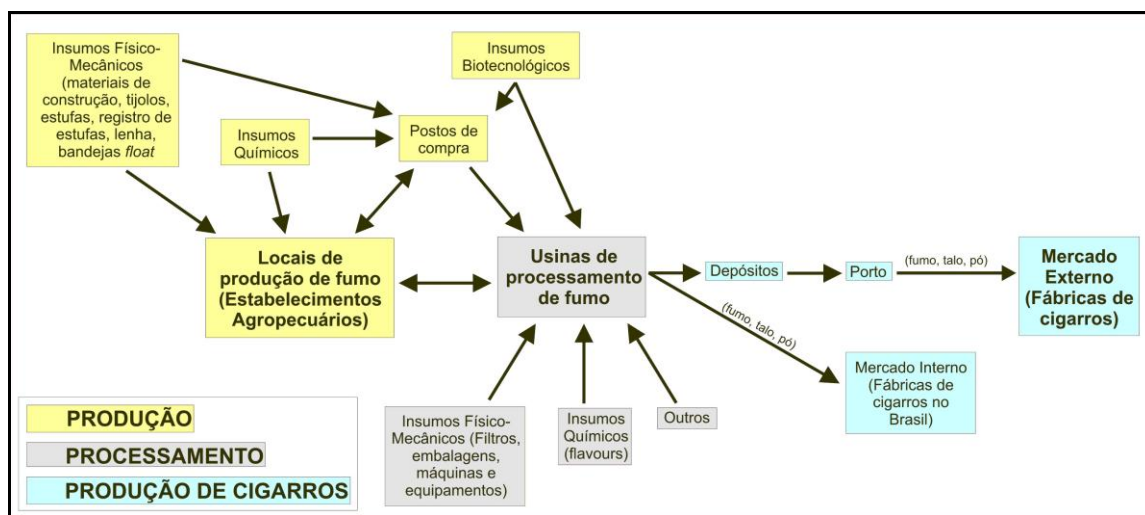


FIGURA 3 – Sul do Brasil: o circuito espacial de produção do tabaco em folha

Fonte: Fonte: Silveira (2011). Org.: Mizaél Dorneles e Rogério Silveira

A figura 3 também permite apreender melhor a configuração espacial, as ligações e relações espaciais e a dinâmica de funcionamento do circuito de produção do tabaco em folha, envolvendo fluxos que se originam em áreas e lugares no interior da região Sul do Brasil, e outros que alcançam a região, desde lugares externos.

A atual configuração espacial do circuito de produção do tabaco em folha evidencia a ocorrência de crescentes mudanças técnicas e organizacionais no desenvolvimento do ramo tabaqueiro, em razão das novas exigências do mercado mundial do tabaco e do cigarro, e das estratégias operacionais e comerciais das empresas multinacionais no âmbito deste oligopsônico mercado, e das novas possibilidades abertas com a expansão do meio técnico-científico e informacional.

O desenvolvimento do ramo agroindustrial tabaqueiro tem apresentado um progressivo e diferenciado processo de modernização nas suas etapas produtivas através da incorporação de inovações organizacionais e tecnológicas nas distintas atividades que

integram esse circuito, ampliando e complexificando os seus fluxos espaciais de insumos, produtos e serviços.

Nesse sentido a atual configuração do circuito espacial do tabaco, envolve em sua etapa inicial de produção de tabaco a integração de milhares de famílias de agricultores fumicultores instalados em pequenas propriedades, nas áreas rurais fumicultoras da região que entregam sua produção nos pontos de compra e de armazenamento de tabaco em cidades pequenas mais distantes, ou nas usinas de processamento industrial localizadas nas principais cidades agroindustriais da região. Também participam desse circuito empresas produtoras e fornecedoras de insumos químicos, como herbicidas, inseticidas e fertilizantes; de insumos físicomecânicos, como materiais de construção, lenha, equipamentos de controle de temperatura e umidade para as estufas, tecedeiras e grampos para preparar a cura das folhas de tabaco; e de insumos biotecnológicos, como sementes e substratos para o plantio do tabaco. Tais insumos são adquiridos pelos fumicultores juntos às empresas agroindustriais que utilizam a estrutura logística dos pontos de compra e das usinas de processamento para realizarem a distribuição nas propriedades rurais dos fumicultores, ou mesmo, secundariamente, são adquiridos pelos agricultores nas lojas agropecuárias existentes nas cidades próximas às áreas rurais de produção.

A produção de boa parte dos insumos químicos utilizados na lavoura fumageira é realizada em lugares externos à região Sul, principalmente nas cidades de Campinas, Paulínia, São Paulo, Resende e Rio de Janeiro. Já os insumos físico-mecânicos são produzidos principalmente nas cidades da região como Blumenau, Içara e Criciúma, em Santa Catarina; Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul, e Rio Negro, no Paraná.

Em relação à etapa de processamento industrial do tabaco realizado nas usinas, há uma demanda das empresas agroindustriais fumageiras junto a outras empresas na região e mesmo fora dela, para o fornecimento de máquinas e equipamentos (cilindros umidificadores, secadores e de aplicação de *flavours*, esteiras e peneiras vibratórias, prensas, sistema de fechamento e de automação de transporte de caixas, balanças, etc.) utilizados no processo industrial da destala das folhas de tabaco e na produção de seus subprodutos, como lâminas, talos e pó de tabaco. Há também nessa etapa a demanda pelo fornecimento de insumos tanto químicos, como os sabores aromáticos que são acrescentados às folhas de tabaco processado, quanto físicos, como caixas de papelão e

filtros de plástico utilizados para acondicionar o tabaco para exportação. Com base nas visitas que realizamos as usinas de processamento da Cia. Souza Cruz e nas entrevistas realizadas com agentes que atuam no setor, verificamos que boa parte dos equipamentos mais especializados no processamento do tabaco provém, prioritariamente, de empresas de máquinas e montagem de equipamentos com sede em São Paulo - SP, em Santa Cruz do Sul - RS, em Philadelphia nos Estados Unidos, em Silea na Itália, e secundariamente, de empresas metalúrgicas regionais e locais, como as localizadas em Santa Maria, Erechim, Porto Alegre e Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, em Blumenau e Joinville, em Santa Catarina, e em Rio Negro, no Paraná. Já o fornecimento de insumos físicos como as caixas de papelão é realizado principalmente por empresas de São Paulo-SP, São Leopoldo-RS e Blumenau - SC. Quanto aos insumos químicos, os mesmos são fornecidos por empresas localizadas em São Paulo-SP e em Curitiba - PR. Uma vez realizado o processamento industrial da safra do tabaco, os produtos obtidos (lâminas das folhas, talo e pó de tabaco) são preparados para serem enviados aos seus clientes – empresas atacadistas de tabaco e fábricas de cigarro – no país, e principalmente no exterior. Nessa etapa final do circuito espacial de produção do tabaco participam também um conjunto variado de empresas locais e regionais, que prestam serviços de transporte e de logística viabilizando tanto o transporte rodoviário do tabaco das pequenas propriedades até os postos de compra ou até as usinas de processamento, e o dos insumos das usinas e dos postos de compra até as propriedades rurais dos fumicultores, quanto o transporte rodoviário do tabaco até os portos, e de lá, através da participação de empresas internacionais que operam no modal aquaviário, o transporte até os principais mercados consumidores nos muitos países importadores do tabaco brasileiro.

Atualmente, o *start* inicial do circuito espacial de produção do tabaco em folha não mais ocorre, como em décadas passadas, nas propriedades fumicultoras das áreas rurais da região, mas sim, e cada vez mais, se dá a partir de cidades no exterior, onde anualmente ocorre a efetivação dos contratos de compra e venda com a definição das quantidades e especificidades do tabaco a ser adquirido pelos clientes internacionais.

Assim, é a partir das informações quanto à demanda dos compradores internacionais, e das ordens organizacionais emanadas das sedes e/ou demais subsidiárias das multinacionais, definindo o volume e o tipo de tabaco encomendado, que tem início o planejamento da safra de tabaco pelas agroindústrias fumageiras, definindo o volume da

produção, a área total a ser plantada, as variedades de tabaco a ser cultivadas. Essas ações ocorrem cada vez mais integradas, levando a uma ampla e diversificada rede de cooperação entre empresas fumageiras e fornecedores de insumos, de equipamentos e de serviços que possibilitam a produção, o processamento industrial, e a comercialização do tabaco, no tempo adequado ao atendimento dos clientes internacionais.

Em síntese, a configuração espacial do circuito espacial de produção do tabaco em folha nos revela que a articulação espacial das etapas de produção, de processamento e de comercialização através da exportação do tabaco, evidencia um conjunto de relações espaciais entre diferentes atores (produtores, empresas fumageiras, empresas fornecedoras de insumos, empresas de transporte e logística, e empresas compradoras do tabaco) localizados em distintos lugares. Tais relações espaciais se manifestam através de variados fluxos e intercâmbios materiais que percorrem o circuito espacial de produção do tabaco, articulando lugares não apenas territorialmente contíguos na região Sul do Brasil, mas também lugares no país e no exterior. Portanto, articulando lugares em distintas escalas espaciais, o que revela a amplitude e a complexidade da organização espacial da rede agroindustrial do tabaco.

Os círculos de cooperação

Por sua vez é preciso também compreender como se apresentam nesse período os círculos de cooperação enquanto expressão dos nexos imateriais, através dos fluxos de informações, finanças, ordens e normas organizacionais, fiscais, técnicas e econômicas, e diferentes tipos de serviços que conectam esses atores, e circulam entre esses diferentes lugares de produção e de consumo no território, regulando e orientando seu funcionamento. Identificá-los permite entender melhor como são engendradas as condições e a dinâmica do movimento da produção do tabaco no território. (Figura 4). A figura 4 é uma tentativa de representação gráfica que fizemos de alguns dos principais círculos de cooperação existentes no funcionamento do complexo agroindustrial do tabaco que identificamos nas visitas de campo e entrevistas, que animam a dinâmica de organização espacial da rede agroindustrial do tabaco.

Nos processos de agroindustrialização do tabaco (produção, comercialização e processamento industrial) e de exportação do tabaco em folha no Sul do Brasil,

manifestam-se distintos círculos de cooperação que se expressam no desenvolvimento e articulação das distintas etapas que constituem o CAI do tabaco.

Percebe-se um conjunto variado de ações e relações de natureza técnica, organizacional, econômica, social e política entre os atores que participam direta e indiretamente do CAI do tabaco, e que ao ocorrerem, possibilitam que a agroindustrialização do tabaco ocorra e que os subprodutos gerados pelas empresas fumageiras possam se movimentar no território de modo a alcançar o mercado, notadamente, através da produção de cigarros no país, e da exportação do tabaco em folha.

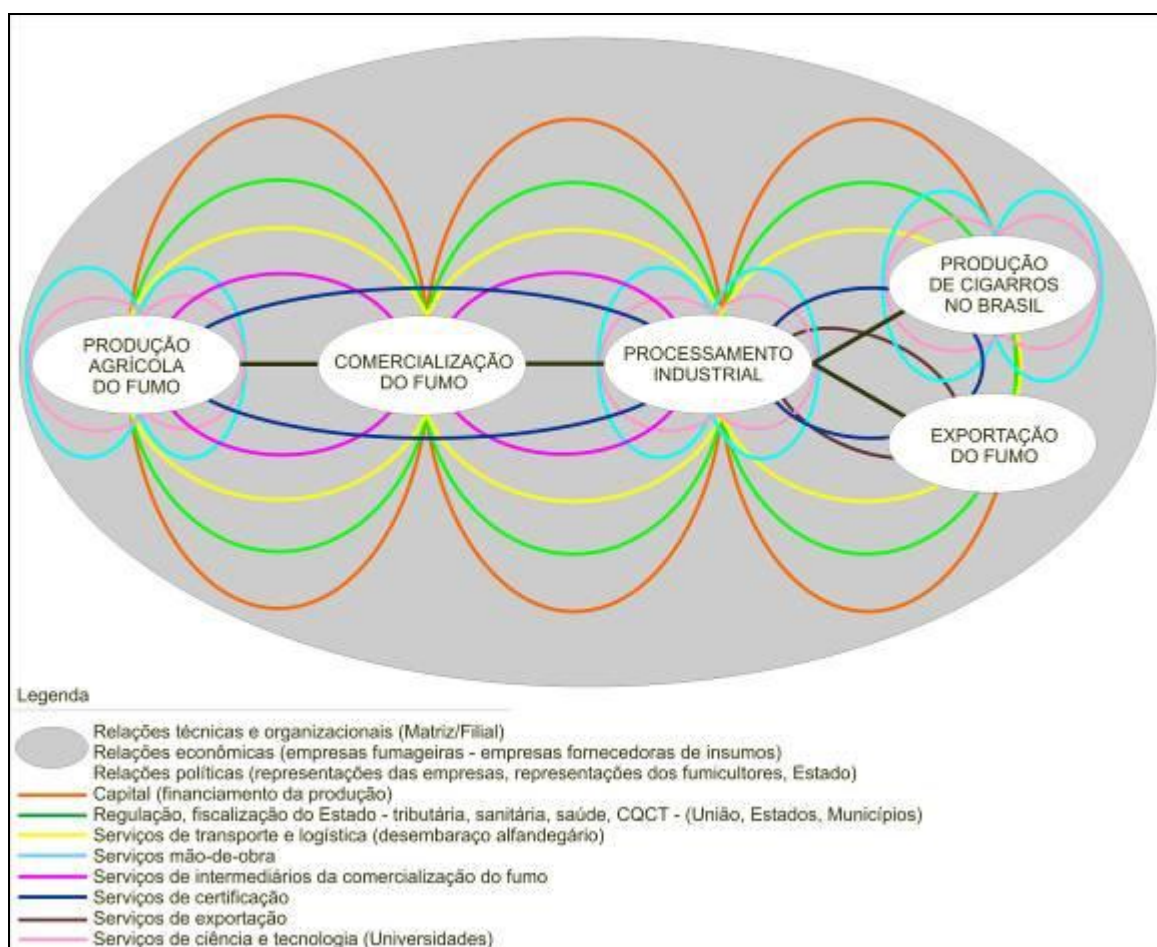


FIGURA 4 – Círculos de cooperação na agroindustrialização e exportação do tabaco em folha

Fonte: Silveira, (2011). Org.: Mizael Dorneles e Rogério Silveira

A agroindustrialização do tabaco é viabilizada e regulada pelo sistema integrado de produção, criado em 1920, pela Cia. Souza Cruz, na região fumicultora do Vale do Rio Pardo – RS, e desde então adotado pelo conjunto das demais empresas na totalidade das áreas fumicultoras do Sul do Brasil. A normatização e implementação desse sistema, através da celebração de contratos de compra e venda de tabaco entre agricultores e

empresas, representa o principal meio de regulação das relações sociais de produção entre fumicultores e agroindústrias, entre empresas agroindústrias fumageiras e empresas fornecedoras de insumos, empresas de máquinas e equipamentos, e empresas prestadoras de serviço, e em razão disso se apresenta como instrumento maior da cooperação entre esses diversos atores.

No sistema integrado de produção de tabaco os agricultores familiares fumicultores, por meio de contrato firmado com as empresas agroindustriais, comprometem-se em produzir o tabaco na quantidade e de acordo com as instruções técnicas de qualidade definidas pelas empresas, e a repassar a elas integralmente sua produção. Em troca, as empresas agroindustriais garantem o fornecimento de insumos, a assistência técnica, a intermediação de financiamento da produção junto aos bancos, o transporte do tabaco das propriedades rurais até as usinas ou postos de compra das empresas, e a compra integral da quantidade de tabaco contratada.

Percebe-se nessa etapa da produção agrícola do tabaco, a importância da cooperação entre fumicultores e empresas fumageiras com o setor financeiro, através da contratualização de financiamentos e da liberação de capital que possibilitam a compra dos insumos químicos e físico-mecânicos utilizados na lavoura e na cura do tabaco.

Também se verifica a importância para o funcionamento dessa etapa produtiva a cooperação entre as empresas fumageiras e empresas de transporte que são contratadas para transportar o tabaco das propriedades dos fumicultores até os postos de compra ou usinas de processamento das empresas fumageiras.

Trata-se de uma norma organizacional definida e imposta pelas empresas que assegura às agroindústrias a obtenção do tabaco, na quantidade, na qualidade e no tempo necessário, para que as empresas possam atender aos pedidos dos seus clientes, notadamente empresas cigarreiras instaladas no exterior, e por um custo baixo, dado que o preço do tabaco nos últimos anos tem sido definido unilateralmente pelas empresas. A contratualização da venda da produção, além de representar uma relativa segurança ao fumicultor, igualmente representa vantagens econômicas para as empresas fumageiras. A principal é que as mesmas não precisam inverter recursos próprios na aquisição de terra para realizarem a produção de tabaco, e no financiamento da produção já que são os fumicultores que contraem o financiamento junto aos bancos, ficando as empresas como meros intermediadores e garantidores do pagamento do financiamento dos agricultores. As empresas, por ocasião da compra do tabaco, abatem o valor das dívidas

bancárias dos fumicultores ao valor a ser pago pela produção de tabaco entregue no posto de compra ou na usina de processamento. Outra vantagem se refere à possibilidade das empresas, por força das exigências do contrato de integração e através do acompanhamento dos seus orientadores agrícolas, em poderem controlar o modo de produção e os insumos utilizados, de acordo com suas exigências técnicas e em consonância com a demanda do mercado.

Ao mesmo tempo, se por um lado a crescente introdução de inovações técnicas no modo de produção e de cura do tabaco, caracterizadas pelo uso de novos insumos químicos, biológicos e mecânicos pelos fumicultores tem possibilitado maiores ganhos de produtividade, por outro lado tem também representado o aumento da dependência dos agricultores em relação às empresas fumageiras, quanto ao domínio efetivo do conteúdo e dos resultados dessas novas normas técnicas de produção.

A crescente presença de tais inovações no âmbito da produção agrícola do tabaco não significou a supressão do trabalho manual e cooperado dos integrantes das famílias de fumicultores, o que continua sendo vital para a manutenção dos diferenciais de qualidade do tabaco em folha produzido na região, e para o aumento das margens de lucratividade das empresas fumageiras, através da extração do sobretrabalho dos agricultores, dada a manutenção de uma baixa remuneração da produção de tabaco em relação ao seu efetivo custo de produção. Na etapa de processamento industrial de tabaco, além das relações de cooperação entre as empresas fumageiras e empresas fornecedoras de insumos químicos e máquinas e equipamentos necessários à produção industrial propriamente dita, ocorrem também relações de cooperação entre as fumageiras e empresas prestadoras de serviços importantes para viabilizar o aperfeiçoamento dos níveis de produtividade, cumprimento dos prazos de entrega e o atendimento dos padrões de qualidade exigidos pelos clientes internacionais. Assim, há a contratação de empresas prestadoras de serviços que certifiquem o desempenho das fumageiras, condição vital para assegurar a credibilidade junto ao mercado internacional, atestando os padrões de qualidade dos produtos e a observância das normas mundiais no processo produtivo e de comercialização, assegurando através de certificações, como a ISO 9001, a ISSO 14001 e a OHSAS 18001, o reconhecimento internacional.

Outra característica tem sido a crescente terceirização de atividades de apoio ao processamento industrial, antes desenvolvida integralmente pelas empresas fumageiras,

e que passaram a ser realizadas por empresas locais instaladas nas cidades onde há usinas de processamento em Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Blumenau, Joinville e Rio Negro. A alimentação dos funcionários efetivos e temporários, a manutenção dos equipamentos e maquinários, a vigilância e a segurança industrial, o recrutamento e a seleção de recursos humanos temporários, a publicidade e propaganda, e a assistência jurídica são alguns dos serviços objeto de cooperação entre essas empresas locais e as empresas fumageiras instaladas na região.

Por fim, dentre os círculos de cooperação presentes no desenvolvimento da agroindustrialização e da exportação do tabaco em folha é preciso também considerar a importante presença do Estado, nas quais um conjunto de ações e condições origina-se influenciando a dinâmica de funcionamento e de organização espacial da rede agroindustrial fumageira.

O Estado, aqui entendido em sua totalidade, com as suas distintas instâncias de gestão – executivo, legislativo e judiciário – e suas diferentes escalas administrativas – municipal, estadual e federal –, é um ator que tanto regula e normatiza as ações e as relações entre atores sociais e econômicos que participam da rede agroindustrial fumageira, quanto também recebe deles a pressão política e econômica e as reivindicações corporativas, além de instituir e arrecadar um conjunto de impostos sobre a atividade econômica e sobre a reprodução do capital.

Muitas têm sido as regulações e normatizações que incidem no desenvolvimento da agroindustrialização e na exportação do tabaco. Entre as principais podemos destacar, em âmbito federal, a que regula a classificação do tabaco a ser comercializado pelos fumicultores, a que institui limites e condições para o financiamento da produção de tabaco e do processamento industrial, a que regula a remessa de lucros das multinacionais para o exterior, a que define a incidência de impostos como o IPI (Imposto sobre produtos industrializados) sobre a comercialização e exportação de tabaco, e a que impõe alíquotas sobre o preço de exportação de cigarros no âmbito do MERCOSUL; em âmbito estadual, as normas que normatizam o financiamento da produção industrial das empresas fumageiras e as que definem a incidência do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre a comercialização do tabaco e dos insumos utilizados pelo setor tabaqueiro; e, na esfera municipal, as normas que regulam o uso do solo urbano e a cobrança de impostos municipais, como o IPTU

(Imposto Predial e Territorial Urbano) e o ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza).

Considerações Finais

A dinâmica de funcionamento da rede agroindustrial fumageira requer uma dada organização espacial, onde um conjunto indissociável de objetos técnicos e de ações viabiliza a articulação e a racionalidade necessárias ao desenvolvimento do processo agroindustrial.

Nesse sentido, tendo presente a configuração espacial dos circuitos espaciais de produção do tabaco e dos seus círculos de cooperação, revela um padrão de organização espacial é funcional às empresas multinacionais, e revela a busca de uma configuração territorial ideal que a cada momento seja a mais rentável para as empresas agroindustriais fumageiras. Assim, a atual divisão do trabalho entre os lugares da região Sul do Brasil informa um uso e uma organização corporativa do território, na medida em que são orientados pela racionalidade hegemônica do capital multinacional tabaqueiro. Com base nessa razão dominante, o desenvolvimento da agroindustrialização do tabaco se realiza, envolvendo, simultaneamente, o equipamento e a modernização seletiva e desigual dos lugares, quanto ao seu conteúdo técnico-científico e informacional, e a valorização combinada de distintas relações sociais de produção, através da extração do sobretrabalho familiar dos fumicultores nas áreas rurais e a extração de mais-valia dos trabalhadores temporários e efetivos empregados nas usinas de processamento, nos principais núcleos urbanos agroindustriais.

Referências

AFUBRA- Associação dos Fumicultores do Brasil. (2009). Dados sobre a fumicultura no Sul do Brasil. Santa Cruz do Sul, RS.

DIAS, Leila. C. (1996). Rede: Emergência e Organização. In: Correa, R,L, Castro, I. E. et al. *Geografia: Conceitos e temas*, Rio de Janeiro.RJ.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos Agropecuários do Brasil – RS, SC e PR, 1985, 1996 e 2006*. Disponível em: <WWW.ibge.gov.br>. Acessos a partir de 12 de abril de 2009.

MORAES, Antonio. C. Robert de (1991). Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de cooperación en el espacio. In: YANES, L. e LIBERALI, A.M. (org.). *Aportes para el estudio del espacio socio-económico*. Buenos Aires: Editorial El Coloquio, p.151-177.

SANTOS, Milton (1996). *A natureza do espaço*. São Paulo: Ed. Hucitec, 308 p.

_____. (1985). *Espaço e método*. São Paulo: Ed. Nobel, SP.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura (2001) *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Record, RJ.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR. SECEX, 2009. *Empresas brasileiras exportadoras e importadoras*. Disponível em:
<<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1444&refr=603>>.
Acesso em: 15 out. 2010.

SHAFEY, Omar [et al.] (2009). *The Tobacco Atlas*. 3rd ed. Atlanta, GA - USA, 2009.
Disponível em: <<http://tobaccoatlas.org/downloads/TobaccoAtlas.pdf>> Acesso em: 4 jan. 2010.

SILVA, José. G. da (1996). *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia. SP.

SILVEIRA, R. L. L. da (2011). *Rede agroindustrial do tabaco e a dinâmica de organização espacial e de usos do território na região Sul do Brasil* Relatório Final de Pesquisa. Santa Cruz do Sul: CNPQ/UNISC, Fevereiro.

_____. (2007). *Complexo agroindustrial do tabaco e território: a formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo - RS*. Florianópolis, SC. Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFSC.

_____. (2005). *Complexo agroindustrial, rede e território*. In: DIAS, L. C. e SILVEIRA, R. L. L. da. (Org.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. p.215-255.

_____. (2003). *Cidade, corporação e periferia urbana*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, RS.